



## GOVERNO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2022

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2022 RP Nº 007/2022

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço de locação de caminhões e equipamentos, com motoristas/operadores e fornecimento de combustível, para atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Obras e Meio Ambiente, conforme especificações relacionadas no item 18 e Anexo I do edital.

### DESPACHO DECISÓRIO DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ATOS DO PROCESSO LICITATÓRIO

CONSIDERANDO a supremacia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no art. 49, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO a prerrogativa da autotutela da Administração Pública de rever seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade, e que tem o dever de obedecer à Lei e verificar a presença dos pressupostos de validade dos atos que pratica;

CONSIDERANDO que a Administração deve reconhecer e anular de ofício seus próprios atos quando acometidos de vícios de ilegalidade com fulcro no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e nas Súmulas nº 346 e 473 do STF;

CONSIDERANDO o disposto no item 17.12 do instrumento convocatório do certame, que preconiza que o Município de Conselheiro Lafaiete poderá revogar a licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado;

CONSIDERANDO ter sido detectada a existência de elementos indiciários de irregularidade a macular a legalidade do processo licitatório, de acordo com fundamentos registrados pelo Pregoeiro nas atas de reunião lavradas nas datas de 24/03/2022 e 01/04/2022, a inquinar os atos de fase externa praticados durante a sessão pública de abertura do certame, ocorrida em 24/03/2022;

CONSIDERANDO que a anulação da licitação, total ou parcial, poderá ocorrer antes da homologação, não assistindo direito subjetivo aos participantes, mas apenas mera expectativa de direito, em relação à futura contratação;

CONSIDERANDO o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que *“a revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório. Só há contraditório antecedente a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado”* (STJ, RMS 23.402/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJE de 02.04.2008), também aplicável em relação à anulação.

DECIDO:

ANULAR, **parcialmente**, por vício de ilegalidade, atos praticados no certame Processo Licitatório nº 012/2022, Pregão Presencial nº 008/2022, Registro de Preços nº 007/2022, especificamente para invalidação dos atos de fase externa praticados durante a sessão pública realizada na data de 24/03/2022, com aproveitamento dos atos anteriores não afetados pelos efeitos do ato viciado.

AUTORIZAR nova deflagração da fase externa, mediante a republicação do Edital e bem assim a reabertura do prazo para apresentação de novas propostas, com observância das normas aplicáveis.

Publique-se.

Conselheiro Lafaiete/MG, 01 de abril de 2022.

MÁRIO MARCUS LEÃO DUTRA  
Prefeito Municipal